

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.762 - RO (2019/0261920-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ADALTON LUIZ DA SILVA
RECORRENTE : ALBERTO GORAYEB JUNIOR
RECORRENTE : CESAR JOAO MANTOVANI
RECORRENTE : CLÓVIS HENRIQUE RABELO ADRIANO
RECORRENTE : GUTTO SANTOS DE MENEZES
RECORRENTE : IRANI INACIO SILVEIRA
RECORRENTE : LEONILDA MYRIAM FUJIMIYA RIGONI VIDIGAL
RECORRENTE : LÚCIO ALONSO EREIRA NOBRE
RECORRENTE : MAIKO CRISTHYAN CARLOS DE MIRANDA
RECORRENTE : MARCELA MARIA PEREIRA SOUZA BURG
RECORRENTE : NELSON OLENDINE CALDEIRA ROCHA
RECORRENTE : SAULO DE TARSO RAMOS
RECORRENTE : SEBASTIÃO ANÉSIO PEREIRA LIMA
RECORRENTE : THOMAS GRIEHL
RECORRENTE : VILSON DE AZEVEDO
RECORRENTE : VOLMIR PEDROTI
ADVOGADOS : VERGÍLIO PEREIRA REZENDE - RO004068
GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA - RO004717
RECORRIDO : ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORES : RAFAELLA QUEIROZ DEL REIS CONVERSANI - RO003666
GLAUCIO PUIG DE MELLO FILHO - RO006382
LUIS EDUARDO MENDES SERRA - RO006674
PAULO ADRIANO DA SILVA - RO004753
IGOR ALMEIDA SA SILVA MARINHO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **ADALTON LUIZ DA SILVA E OUTROS**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fls. 4.500e):

Mandado de segurança. Decisão do Presidente do Tribunal no processamento de precatório. Exclusão de beneficiários não abrangidos pela decisão judicial. Erro material. Possibilidade. Denegada a segurança.

Comprovado que houve erro material com a inclusão indevida de substituídos no precatório, porquanto tratam de categorias que não se enquadram na situação definida pela decisão judicial, é possível a

Superior Tribunal de Justiça

correção de ofício pelo Presidente do Tribunal de Justiça, antes de seu pagamento ao credor, de modo a impedir ofensa à coisa julgada.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese:

I. “os atos administrativos da Presidência não podem alterar, extinguir ou contradizer atos jurisdicionais exarados nos processos de conhecimento e/ou de execução, sob pena de se configurar clara afronta à coisa julgada material” (fl. 4.531e); e

II. “na espécie, verifica-se que a autoridade coatora, no contexto de procedimento de precatório já formalizado, determinou a exclusão dos cálculos do precatório de determinadas classes de servidores do Poder Judiciário - dentre elas a dos oficiais de justiça aqui recorrentes -, sob o argumento de que, em razão da natureza de seu trabalho, não teriam supostamente laborado a sétima hora extra. Evidentemente, o argumento utilizado pelo eminente Desembargador Presidente trata-se de matéria de mérito, discutível e apreciável apenas nos processos de conhecimento ou de execução (tutela jurisdicional)” (fl. 4.531e)

Com contrarrazões (fls. 4.549/4.554e), subiram os autos a esta Corte (fl. 4.556/4.557e).

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 4.567/4.572e, pelo improvimento do recurso.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

Superior Tribunal de Justiça

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ao apreciar a controvérsia, o tribunal de origem consignou que (fl. 4.490/4.501e):

Assim sendo, para que se considere erro de cálculo, aquele que não faz coisa julgada, corrigível até mesmo de ofício, é necessário que o erro seja evidente, corrigível mediante critérios objetivos.

E, no caso concreto, verifica-se que o impetrado constatou a utilização de critérios equivocados e a inclusão indevida de substituídos que não deveriam ter sido incluídos no precatório, por não se amoldarem à situação de direito reconhecida pela decisão judicial, uma vez que pela própria função que desempenham (Oficial de Justiça) é de conhecimento do Administrador que não obedecem a horário fixo, exercendo seu ofício em horário livre e de acordo com seu critério de conveniência.

A decisão judicial que gerou o precatório assim decidiu:

“À luz do exposto, provejo o recurso interposto pelo SINJUR e, como consequência, julgo procedente a pretensão vertida na inicial (CPC, art. 269, I) para condenar o Estado de Rondônia ao pagamento da 7ª hora laborada de forma ininterrupta como serviço extraordinário imposto aos substituídos — servidores do Poder Judiciário de Rondônia —, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Observa-se do texto que a decisão é clara ao delimitar que fazem jus ao recebimento de hora-extra, aqueles substituídos que laboraram a 7ª hora ininterruptamente.

Portanto, é certo que as categorias de servidores excluídas do precatório pelo impetrado, quais sejam, Oficiais de Justiça, Assistentes Sociais e Médicos, por possuírem horário de trabalho flexível e livre, não deveriam ser incluídos nos cálculos no cumprimento de sentença.

E o Sindicato representante de toda a categoria dos servidores do Poder Judiciário Estadual, ao apresentar os cálculos no cumprimento de sentença não deveria ter incluído todos os servidores indistintamente, mas tão somente aqueles que se enquadravam na situação definida pela decisão judicial, pois possui conhecimento para tanto.

Soma-se a isso, que se constata nos autos do cumprimento de sentença (n. 7031409-87.2017.822.0001), que quando da apresentação dos cálculos individuais de cada servidor pelo impetrante, não constou o cargo de cada um dos substituídos, de modo a possibilitar que a Procuradoria do Estado pudesse impugnar, naquela oportunidade, a inclusão indevida de substituídos não abrangidos pela decisão judicial, o que somente foi observado quando da apreciação dos cálculos pelo Presidente,

Superior Tribunal de Justiça

porquanto é conhecedor dos servidores que compõem o quadro do Tribunal de Justiça, de suas atribuições e da carga horária pela qual são submetidos.

Dessa forma, mostra-se evidente a existência de erro material na formação do precatório, que poderia ter sido evitada pelo sindicato representante dos impetrantes, pois no âmbito da eficácia subjetiva do título judicial, somente os servidores que efetivamente laboraram a sétima hora deveriam constar como beneficiário do precatório.

Portanto, na hipótese dos autos, não se pode falar em alteração de critério jurídico, mas em simples correção de erro existente em cálculo apresentado pelo sindicato representante (SINJUR) que, ao invés de apurar o valor devido apenas dos servidores que faziam jus à sétima hora trabalhada, incluiu todos os substituídos indistintamente, o que foi apurado quando da formação do precatório.

Esse erro, a meu sentir, que não guarda nenhum vínculo com os critérios jurídicos definidos no título exequendo, é corrigível a qualquer tempo, mesmo por decisão administrativa do Presidente do Tribunal, valendo-se da prerrogativa definida no art. 1º-E da Lei 9.494/97.

Verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual, nos casos de erro material e inexatidão aritmética contidos no precatório, o Presidente do Tribunal tem competência para corrigi-lo de ofício.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ADITAMENTO DE PRECATÓRIO. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, segundo a qual a) não cabe ao Presidente do Tribunal (ou à autoridade delegada) determinar o aditamento de precatório em razão de pagamento insuficiente, exceto nos casos de erro material e inexatidão aritmética contidos no precatório original; e b) cabe ao juízo da execução o julgamento de questões incidentes surgidas durante o cumprimento do precatório, tendo o Presidente do Tribunal atribuições de índole meramente administrativa.

III - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Agravo Interno improvido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no RMS 51.930/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 23/03/2017)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAMENTO DE PRECATÓRIO (ART. 78 do ADCT). EXCLUSÃO DOS JUROS COMPENSATÓRIOS DOS CÁLCULOS DE ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Recurso ordinário no qual se discute a possibilidade de o Presidente do Tribunal de Justiça determinar a exclusão dos juros compensatórios, por ocasião da ordem de sequestro de verba pública para o pagamento de parcela de precatório não adimplida (art. 78, ADCT).
2. "É entendimento consolidado nesta Corte que o Presidente de Tribunal possui competência para, em sede administrativa, excluir a incidência de juros moratórios e compensatórios em continuação, incluídos no cálculo apresentado pela Contadoria do Tribunal de origem, por ocasião do pedido de sequestro para pagamento de precatório (arts. 33 e 78 do ADCT), uma vez que a correção do mencionado equívoco não enseja incursão nos critérios jurídicos definidos no título exequiêdo, ao revés, correção de erro de cálculo, o qual não faz coisa julgada, podendo ser corrigido até mesmo de ofício, por decisão administrativa do Presidente do Tribunal, com supedâneo no art. 1º-E da Lei 9.494/97. Precedentes do STF: RE-AgR 421616/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 10/08/2007; e do STJ: RMS 27478/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 16/04/2009; RMS 26.518/SP, Primeira Turma, DJ de 23/06/2008; RMS 26.073/SP, Primeira Turma, DJ de 29/10/2008" (AgRg no RMS 29.245/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 29/6/2010).
4. Por ocasião da ordem do Presidente do Tribunal de Justiça, determinando o sequestro de verba pública, é possível, sem que haja violação ao instituto da coisa julgada, que se determine a exclusão daqueles juros que foram, de forma imprópria, computados continuamente, inclusive, no período do parcelamento, sejam moratórios, sejam compensatórios. Precedentes do STJ: RMS 31.214/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 08/03/2010; RMS 27.571/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10/02/2010; AgRg no RMS 29.043/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 21/09/2009; RMS 27.750/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 05/10/2009; AgRg no RMS 27.945/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 21/08/2009. Precedentes do STF: RE 527.457/SP; RE 466.268/SP; AI 525.171/SP.
3. Durante o período do parcelamento constitucional, só poderá incidir juros de mora, quando não adimplida a parcela de precatório, no tempo próprio, não havendo falar em incidência de juros compensatórios durante esse mesmo período. Precedentes do STF: RE 157.901/SP; AI

Superior Tribunal de Justiça

494459.

4. Recurso ordinário não provido.

(RMS 32.192/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 10/09/2010)

PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA EM CONTINUAÇÃO. MATÉRIA DECIDIDA PELO STF SOB A SISTEMÁTICA DE REPERCUSSÃO GERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO PELA CORTE DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. SÚMULA VINCULANTE N. 17. APLICAÇÃO. EXCLUSÃO PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NATUREZA ADMINISTRATIVA. ERRO DE CÁLCULO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

1. É possível que a Corte de origem exerça o juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, ainda que o acórdão retratado tenha sido proferido após a publicação do recurso extraordinário submetido ao regime da repercussão geral. Precedente: AgRg no ARE no RE nos EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1.259.631/RS, Rel.

Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 5/3/2014.

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, o Presidente do Tribunal, ao realizar o controle do processamento dos precatórios, pode determinar a exclusão de ofício dos juros de mora em continuação, sem que se cogite de ofensa à coisa julgada, pois se trata de mero erro de cálculo.

3. No caso, o aresto recorrido encontra-se em sintonia com a orientação do STJ, bem como com a jurisprudência do STF firmada sob o rito da repercussão geral (RE 590.751, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 4/4/11) e com o enunciado da Súmula Vinculante n. 17.

4. A exclusão dos juros em continuação deve ser realizada exclusivamente quanto ao período referente à moratória constitucional, o que não impede a incidência dos juros de mora e correção no que concerne, tão somente, ao período de atraso pelo não pagamento das parcelas no prazo constitucionalmente fixado.

5. Recurso ordinário em mandado de segurança a que se nega provimento.

(RMS 44.661/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015)

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 34, XVIII, b, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

